

## INTRODUÇÃO

Je ne suppose rien, je ne propose rien, j'expose  
Charles Gide

Em *L'homme cet inconnu*, Alexis Carrell pretendia contribuir para a emergência de um homem perfeito, biológica e psiquicamente, propondo a eliminação dos que não obedeciam a padrões determinados *a priori*. Essa não é, actualmente, a ideologia dominante quanto ao direito de existir. Mas desde sempre o homem pretendeu encontrar o caminho para a sua perfeição, umas vezes de forma mais pacífica, outras vezes mais violentamente. «A Humanidade, essa desconhecida» é um trabalho que pretende apenas descrever alguns aspectos da evolução da Humanidade que marcaram o seu caminho até ao presente. Não é um livro de história, mas sim um livro de histórias. Histórias escolhidas subjectivamente, para ilustrarem esse percurso, e com a finalidade de ajudarem a compreender que esse caminho tem tido sendas múltiplas, com muitos desencontros, mas também com muitos encontros. Não se trata, também, de um trabalho em que se defenda qualquer tese sobre o devir da Humanidade. Pretende-se fazer um relato tão objectivo quanto possível, como desejava o grande historiador Charles Gide (1847-1932). Ou, mais concretamente, o mais intersubjectivamente possível, com base em informações e estudos supostamente consensuais.



### O «Pai» e a «Mãe» da Civilização

Quando apreciamos as motivações dos povos antigos – mesmo daqueles aos quais a civilização actual muito deve –, concluímos facilmente que os valores que nesse mundo se defendiam nos parecem hoje completamente incivilizados. Não que os homens andassem por todo o lado matando crianças e cortando as cabeças dos inimigos por desporto. O comportamento dos antigos tinha apenas um objectivo – a sobrevivência. O mundo operava de uma forma muito diferente daquela que resultou da generalização da democracia liberal. Antigamente, poucos se preocupavam com a educação e com a paz; hoje, são propósitos universais.

Os gregos acreditavam que a Humanidade devia comportar-se bem, que a sua relação com os deuses poderia melhorar com o aperfeiçoamento do seu compor-

tamento. Os mitos gregos passaram, nessa civilização, de geração em geração, nada se fazendo na sociedade sem que os deuses estivessem no pensamento. A mitologia estava de tal forma integrada na sociedade greco-romana que afectava os comportamentos quotidianos e o papel do homem e da mulher na sociedade. Grécia e Roma contribuíram grandemente para a civilização actual, na Arte, na Arquitectura, nos conhecimentos científicos, na Filosofia; a Democracia tem raízes nas terras helénicas. Contudo, nesse tempo não se ansiava por um mundo de paz, de harmonia. Aceitava-se que havia sociedades humanas diferentes. Para os gregos, «estrangeiro» e «bárbaro» era o mesmo. Mas houve «bárbaros» que contribuíram decisivamente para a civilização.

Como salientou o historiador cristão Paul Bede Johnson (em *History of the Jews*, 1988),

«certamente que, sem os judeus, o mundo de hoje seria totalmente diferente. Devemos-lhes a ideia da igualdade perante a lei, tanto divina como humana; a ideia da consciência individual como fonte da redenção pessoal; a consciência social e a responsabilidade social; a paz como um ideal abstracto e o amor como o fundamento da justiça. Os judeus racionalizaram o desconhecido, donde resultou o monoteísmo – embora se possa considerar que outras sociedades antes deles caminhassem nesse sentido. O povo judeu contribuiu de maneira ímpar para que a Humanidade se movesse hoje por valores éticos. O instrumento moral da Humanidade – a consciência – é uma criação judaica».

Porém, poderemos também considerar que «o mundo de hoje seria totalmente diferente» se não tivéssemos a herança greco-romana, o Cristianismo, a expansão árabe, as descobertas, a ética protestante, o Renascimento, a independência da América, a Revolução Francesa, – e mesmo a revolução bolchevista, o nazismo e tudo o mais que moldou a civilização actual – no bom e no mau. Se o «pai» dessa consciência foi, indubitavelmente, o Judaísmo, a «mãe» foi o Cristianismo, que disseminou pelo mundo civilizado esses valores éticos – embora nem sempre da melhor forma.

Porém, o «pai» e a «mãe» da civilização ocidental estiveram durante quase dois milénios «divorciados». Na sua viagem à Terra Santa, o Papa João Paulo II reconciliou a Igreja Católica com a Religião Hebraica, na sua visita ao «Muro das Lamentações», em Jerusalém, em 12 de Janeiro de 2000, onde pediu perdão pelos erros e crimes contra ela cometidos pela Igreja, no passado. Mas Paulo VI já tinha manifestado o lamento da Igreja Católica pela forma como, no passado, os católicos trataram os judeus.

## Os Muros de Lamentações

Em cada época o homem defronta novas situações e tem de resolver novos problemas, mas está também sempre perante questões eternas, como sejam a da sua origem e do seu destino, e da sua relação com o Mundo e com os outros homens. Porém, «as ideias são como os sapatos: os mais velhos são mais cómodos». Por isso, as novas ideias, as novas soluções levam tempo a divulgar-se e a serem aceites, e muitas ideias velhas, com milhares de anos, persistem como se fossem novas.

Daqui que, no início do século XXI, e depois de um extraordinário desenvolvimento científico e técnico nos dois últimos séculos, a Humanidade não tenha plena consciência das experiências do passado e do conhecimento que adquiriu até ao presente: muitos homens contemporâneos não têm uma visão do mundo muito diferente da do tempo de Moisés, de Buda, de Cristo ou de Maomé. Por isso, alguns, interessados em «olhar pelo retrovisor», apenas pelo espelho conveniente para os seus propósitos, pretendem impor regras quanto à forma como devemos ver o passado. Essa é uma característica daqueles que têm ideais totalitários.

A Assembleia Nacional de um país considerado como um dos fundadores da democracia moderna – a França – protagonizou esse «crime contra o pensamento da Humanidade», que consistiu na aprovação da lei «Gayssot» de 13 de Julho de 1990 (proposta pelo deputado comunista Jean-Claude Gayssot), que condena como «crime contra a Humanidade» – a uma multa de quarenta e cinco mil euros e/ou a prisão por um ano – quem puser em dúvida o holocausto perpetrado pelo nacional-socialismo contra os judeus.

A historiadora Madeleine Rebérioux (1920-2005) comentou esta lei (*Le Monde*, 21 de Maio de 1996) da seguinte forma:

«Este texto é altamente criticável por três razões:

- confia à lei aquilo que é da ordem do normativo e ao juiz encarregado da sua aplicação de dizer a verdade em história, enquanto a verdade histórica recusa qualquer autoridade oficial. A URSS pagou bastante caro o seu comportamento neste domínio pelo que a República francesa não deve seguir as suas pisadas;
- implica quase inevitavelmente a sua extensão a outros domínios além do genocídio dos judeus: outros genocídios e outros atentados ao que for baptizado “verdade histórica”;
- permite aos que negam esse facto apresentarem-se como mártires, ou, pelo menos, como perseguidos.»

Já em 1987 o Parlamento Europeu tinha reconhecido o genocídio dos arménios e solicitara a Ankara que fizesse o mesmo, mas todos os grupos parlamentares da Assembleia Nacional Turca rejeitaram tal sugestão em 1 de Março de 2002,

com o argumento de que tais factos são da responsabilidade dos chefes otomanos da época.

E em 12 de Outubro de 2006, a Assembleia francesa aprovou igualmente uma lei que estabelece a pena de um ano de prisão e uma multa de quarenta e cinco mil euros para quem publicamente negar que os arménios foram vítimas de um genocídio supostamente cometido pelos turcos otomanos em 1915.

O professor de «Estudos do Próximo Oriente» da Universidade de Princeton, Bernard Lewis, em 1961, na primeira edição do seu livro *The Emergence of Modern Turkey*, referiu

«o terrível holocausto de 1919, em que morreram mais de milhão e meio de arménios»,

mas suprimiu esta frase nas edições seguintes. Numa entrevista concedida ao *Le Monde* em 13 de Novembro de 1993, reiterou as suas teses, publicadas em diversas obras, em que levantava dúvidas sobre o genocídio dos arménios pelos turcos na Grande Guerra de 1914-1918. Foi condenado ao pagamento de uma multa de dez mil francos às *Associations Arméniennes de France* e de quatro mil à *Ligue Internationale contre le racisme et l'antisemitisme*. Na sua argumentação, Lewis recordou que

«o juiz deve deixar ao historiador uma inteira liberdade de julgamento e deve apenas velar por que as suas tomadas de posição não tenham uma finalidade nem um objecto independentes do seu trabalho histórico».

Ora, a este respeito, ninguém pode afirmar que, através da crítica a uma opinião prevalecente, Lewis tenha revelado a vontade de prejudicar as vítimas. Porém, o tribunal, além de outros aspectos, condenou-o pelo facto de que,

«não estando de alguma maneira provado que prosseguiu um objectivo estranho à sua missão histórica, e que é incontestável que ele pode defender sobre esta questão uma opinião diferente da das associações acusadoras, ficou provado que foi ocultando os elementos contrários à sua tese, e que o acusado afirmou que não havia “provas sérias” do genocídio arménio; e que, assim, faltou aos seus deveres de objectividade e de prudência, exprimindo-se, sem cautelas, sobre uma questão tão sensível; e que os seus propósitos, susceptíveis de reavivar injustamente a dor da comunidade arménia, justificam uma indemnização».

O jornal *Le Monde* foi também obrigado a publicar o extracto desta sentença.

Certamente que, na actualidade, a maior parte da opinião pública está de acordo com o conteúdo das leis que chamam a atenção para os genocídios, mas os críticos

consideram que elas são parciais, incompletas e que correspondem a condenações de actos que foram praticados em contextos muito diferentes dos da actualidade.

Assim, dezanove reputados historiadores franceses apresentaram uma petição para a revogação dos artigos de lei que restringiam os limites da investigação histórica (publicada no *Libération* de 13 de Dezembro de 2005):

«Emocionados pelas intervenções políticas cada vez mais frequentes na apreciação dos acontecimentos do passado e pelos processos judiciais contra historiadores e pensadores, devemos recordar os princípios seguintes:

– A história não é uma religião. A história não aceita nenhum dogma, não respeita nenhuma interdição, não conhece tabus. O historiador pode ser inconveniente.

– A história não tem moral. A história não tem a função de exaltar ou de condenar – ela explica.

– A história não é escrava da actualidade. O historiador não introduz no passado esquemas ideológicos contemporâneos e não introduz nos acontecimentos de outros tempos a sensibilidade de hoje.

– A história não é uma memória. O historiador, no seu labor científico, recolhe as lembranças do homem, compara-as entre si, confronta-as com os documentos, os objectos, e estabelece factos. A história tem em conta a memória, mas não se reduz à mesma.

– A história não é um objecto jurídico. Num Estado livre, não cabe nem ao Parlamento nem à autoridade judiciária definir a verdade histórica.

– A política do Estado, mesmo quando animada pelas melhores intenções, não é a política da história.

É em consequência da violação destes princípios que os artigos de sucessivas leis, nomeadamente as leis de 13 de Julho de 1990, de 29 de Janeiro de 2001, de 21 de Maio de 2001, de 23 de Fevereiro de 2005, restringiram a liberdade do historiador, e, como lhes está dito – sob pena de sanções – o que deve ser investigado e o que deve ser procurado, prescreveram-lhe métodos e impuseram-lhe limites.

Pedimos a revogação destas disposições legislativas indignas de um regime democrático.»

As atitudes «revisionistas» ou «negacionistas» – como se chamam actualmente as posições de negação do holocausto – não são vistas apenas como um possível «atentado à verdade histórica» – pois tal é uma questão de opinião – mas, sobretudo, como um incitamento à xenofobia neonazi. Assim, o historiador David Irving também foi condenado, em 20 de Fevereiro de 2006, a uma pena de três anos de prisão, em Viena, por ter negado, numa entrevista há 17 anos, e em conferências realizadas em 1989, a exterminação de milhões de judeus pelos nazis. Aos 68 anos, o historiador anglo-americano revisionista arriscava-se a uma pena de prisão de dez anos. Em sua defesa, reconheceu que, durante muito tempo, negava

o holocausto, com base nos seus conhecimentos à época – mas que mudou de opinião em 1991, quando teve conhecimento dos documentos pessoais de Adolf Eichmann (1906-1962), enforcado em Israel. Porém, o procurador Michael Kalecki duvidou da sua sinceridade, considerando-a um estratagema para ser condenado apenas a uma pena mais leve, o que veio a acontecer. A imprensa europeia dividiu-se quanto à apreciação desta sentença, e a árabe regozijou-se.

Também a crítica à escravatura tem sido objecto de diversas manifestações públicas. A mais recente teve lugar em Paris, quando o Presidente da República Francesa cessante, Jacques Chirac, acompanhado pelo vencedor da eleição presidencial, Nicolas Sarkozy, inaugurou uma escultura, da autoria de Fabrice Hyber, recordando esse flagelo, hoje considerado como bárbaro.

## **A Natureza da Humanidade**

No *Leviathan*, o filósofo inglês Thomas Hobbes (1588-1679) considerava que o homem, no seu estado natural, era como um lobo relativamente ao seu semelhante. A civilização é, assim, a forma de a Humanidade se organizar para reprimir a violência.

Poucas são as espécies em que as lutas pela chefia do grupo ou pelo acasalamento produzem mortes ou ferimentos graves. Os próprios lobos não o fazem, o que não os impede de serem canibais quando um deles está muito ferido e incapaz de se defender. O mesmo acontece, por exemplo, com os tubarões, atacados e devorados pelos outros quando estão feridos. As hienas fazem o mesmo. As leões organizam *nurseries* para vigiarem os filhos e os defenderem de predadores – incluindo o pai leão, que, quando está faminto, devora os filhos se estes não estão protegidos.

Mas, nas alianças que os portugueses faziam com sobas em Angola, ficava acordado que os nativos podiam comer os corpos dos mortos, mas não os dos portugueses, porque deveriam ter um enterro cristão.

O homem é um ser que, desde há muito, é predador do próprio homem. Se olharmos com atenção pelo «retrovisor», verificaremos que, com o evoluir da civilização, a atitude do homem para com o seu semelhante tem também evoluído, mas sem ter chegado a um patamar de harmonia universal. O canibalismo está praticamente extinto, a escravatura e o tráfico humano têm dimensões muito inferiores às de outrora, a mutilação como penalidade é muito menor do que já foi noutras eras, a pena de morte está banida na maior parte dos países. Mas falta saber se essa evolução conduz ou não a um mundo cada vez mais «humano», pois a fome ainda é endémica em larga parte do Globo, as guerras não acabaram, a criminalidade não desarma, e a intransigência quanto a aceitar as ideias dos outros está muito longe de terminar.